

# O Sistema de Precatórios no Âmbito da Justiça Federal e as Emendas Constitucionais 30 e 37\*

\*\* Cristina Maria Brito de Oliveira Mourão

“O sistema de precatórios funciona como garantia verdadeiramente recíproca, tanto do Estado como do particular”. Min. Octavio Gallotti (ADIn 47-1/SP)

## 1. Introdução

O presente trabalho tem por finalidade apresentar subsídios que sirvam como ponto de partida ao estudo do sistema constitucional dos precatórios em decorrência das alterações trazidas pelas Emendas Constitucionais 30 e 37.

O sistema de precatórios tem sido abordado de formas diversas nas diferentes esferas do Poder Judiciário.

A Justiça Estadual é a que parece encontrar maior dificuldade no pagamento dos precatórios que ali tramitam.

Com a definição da execução, seja pela irrecorribilidade da decisão que não acolheu os embargos, seja pela sua não-interposição, o passo seguinte é a elaboração do ofício-requisitório, ou seja, do precatório propriamente dito.

## 2. Os Princípios Constitucionais Norteadores do Sistema de Precatórios

O procedimento previsto no art. 100 da CF/88 pode ser considerado uma garantia

fundamental do cidadão de ver seu crédito junto à Fazenda Pública ser pago sem a necessidade de favorecimentos políticos. O precatório é uma garantia à observância ao princípio da impessoalidade e à observância da ordem de entrada dos ofícios nos Tribunais.

O objetivo deste instituto é a criação de um mecanismo que viabilize o pagamento das dívidas fazendárias, mas sem deixar de observar, incondicionalmente, os seus princípios<sup>1</sup> previstos na Constituição Federal.

Dentre esses princípios estão o da igualdade e o da moralidade. O primeiro deles procura impedir a ocorrência de favores pessoais ao preservar intacta a ordem cronológica de pagamento.

O segundo deles é percebido quando a Constituição Federal autoriza o sequestro da quantia necessária ao pagamento daqueles créditos inadimplidos em decorrência de preterimento da ordem constitucional de pagamento.

Vejamos o tratamento dado ao tema na ADIMC-584/PR, Relator, Min. Celso de Mello, *DJ* de 22/05/92, p. 7213:

\* Texto extraído de monografia apresentada ao final do Curso Ordem Jurídica e Ministério Público da Fundação Escola Superior do Ministério Público do DF e Territórios.

\*\*Bacharel em Economia pela Universidade de Brasília, em Direito pelo Uniceub e Analista Judiciário do TRF-1ª Região.

*Ação Direta de Inconstitucionalidade. Constituição do Estado do Paraná (art. 245). Retenção, pelo Poder Judiciário local, das quantias pagas pela União Federal ao Estado, a título de indenização ou adimplemento de obrigações federais. Pagamento preferencial de determinados créditos. Aparente ofensa ao princípio da igualdade e a regra consubstanciada no art. 100 da Constituição Federal. Possível comprometimento da administração executiva das finanças públicas do Estado. Suspensão cautelar deferida.*

A regra inscrita no art. 245 da Constituição do Paraná prescreve que os créditos estaduais decorrentes do recebimento de indenizações ou de pagamento de débitos federais deverão custear, respectivamente, o pagamento de indenizações ou de débitos do Estado para com terceiros, sempre que oriundos de condenações judiciais. *A norma consubstanciada no art. 100 da Carta Política traduz um dos mais expressivos postulados realizadores do princípio da igualdade, pois busca conferir, na concretização do seu alcance, efetividade à exigência constitucional de tratamento isonômico dos credores do Estado.* A vinculação exclusiva das importâncias federais recebidas pelo Estado-Membro, para o efeito específico referido na regra normativa questionada, parece acarretar o descumprimento de quanto dispõe do art. 100 da Constituição Federal, pois, independentemente da ordem de precedência cronológica de apresentação dos precatórios, institui, com aparente desprezo ao princípio da igualdade, uma preferência absoluta em favor do pagamento de determinadas condenações judiciais. Deferida por maioria.

Além do princípio da moralidade, o sistema de precatórios, procura observar também os princípios da impessoalidade ao descartar o favorecimento pessoal pela

existência de lista da ordem de entrada dos precatórios no Tribunal; da legalidade e da publicidade pela vinculação do administrador à obrigatoriedade em vincular esses valores à proposta orçamentária e, finalmente, ao princípio da eficácia ao exigir a atualização monetária dos valores.

O princípio da legalidade e o orçamentário têm sido observados por este sistema como se pode observar pela leitura do art. 167, inciso V da Constituição de 1988 que veda a abertura de crédito suplementar ou especial sem autorização prévia, ou seja, pela edição de lei e com a indicação dos recursos que respaldarão tal despesa.

### 3. A Atual Disciplina dos Precatórios

Trata-se de técnica de execução por quantia certa contra a Fazenda Pública. As regras desta execução estão contidas no art. 100 da Constituição Federal alterado pela Emenda Constitucional 30 de 13 de setembro de 2000, e mais recentemente pela Emenda Constitucional 37 de 13 de junho de 2002.

O sistema de precatórios foi criado para substituir a penhora, ato de constrição judicial utilizado no processo de execução tradicional, por uma requisição de verba própria, em momento pré-estabelecido (orçamento)<sup>2</sup> de modo a não prejudicar os gastos já incluídos e nem ao menos deixar de cumprir as decisões judiciais, que na verdade, são suas origens.

Há que se ressaltar que a Fazenda será sempre sujeito passivo dessa relação jurídica, titular de uma obrigação jurídica, por ser ela a parte devedora. Hipótese diversa ocorre quando a execução é proposta pela Fazenda,

situação na qual aplica-se a Lei 6.830 de 22 de setembro de 1980 (Lei de Execução Fiscal) quando é a Fazenda titular de um direito subjetivo.

Por este sistema, o valor devido pelo Poder Público é requisitado ao Presidente do Tribunal até 1º de julho do ano em curso e seu pagamento ocorrerá até 31 de dezembro do exercício seguinte.

O sistema de precatórios tem seu fundamento de validade no art. 100 da CF/88 que trata da ordem de pagamento dos precatórios. Este artigo não dispensa a inclusão dos créditos de natureza alimentar do sistema de precatórios como muitos queriam entender. Como se observa do *caput* deste artigo, verifica-se que há duas ordens para os precatórios judiciais, quais sejam, a ordem geral ou ordinária e a ordem especial dos créditos alimentares<sup>3</sup>. Uma primeira leitura do referido artigo pode levar a uma interpretação equivocada, pois, parece excepcionar os créditos de natureza alimentar da ordem de precatórios. Tal entendimento foi rejeitado pelo Supremo Tribunal Federal que ao julgar a ADIn 47-1/SP (*DJ* de 13/06/1997), da relatoria do Min. Octávio Gallotti, através de uma interpretação sistemática da Constituição de modo a harmonizar o art. da 100 da Carta com seus demais artigos, declarou constitucional a existência de duas listas de pagamento de precatórios de natureza alimentar e os precatórios de outras naturezas.

Os créditos contra a Fazenda Pública que decorram de decisões judiciais devem ser incluídos no sistema de precatórios para que estes valores possam ser incluídos no orçamento anual.

Desta forma, entenda-se a decisão transitada em julgado<sup>4</sup>, pois, apesar do que alguns doutrinadores têm defendido, não tem se mostrado viável a inclusão no sistema de valores oriundos de decisões antecipatórias (Ex: liminares e tutelas antecipadas em mandado de segurança<sup>5</sup>, ação civil pública, mandado de injunção, *habeas data*). Também não tem sido admitida a expedição de precatórios em decorrência de execuções provisórias (art. 558 do CPC), por não estarem as mesmas previstas no orçamento<sup>6</sup>.

#### 4. A Natureza Administrativa do Procedimento

É sabido que o processamento dos ofícios-requisitórios é uma das atribuições administrativas de um tribunal. O processamento do precatório tem natureza administrativa, cujo responsável final por seu regular desenvolvimento é o presidente do respectivo tribunal.

Os atos do presidente do Tribunal, no exercício de suas atribuições administrativas, são impugnáveis pela via do agravo regimental, ou como alguns preferem, do agravo interno.

Da decisão do presidente da Corte, tomada em sede de agravo regimental, em matéria relativa ao processamento de precatório, quando referendada pelo plenário do Tribunal, cabe a impetração do mandado de segurança (Lei 1.533/51).<sup>7</sup>

O precatório, na verdade, é uma espécie de sentença processada perante a presidência do Tribunal competente, sendo vedado ao juízo da execução requisitar diretamente à

União o pagamento da quantia devida. Qualquer dúvida, que porventura venha surgir, deverá ser resolvida pelo juízo da execução.

Somente pedidos que não importem em reapreciação do mérito da causa é que são suscetíveis de apreciação pelo presidente do Tribunal competente, especialmente as alegações de erro material<sup>8</sup> porque estas podem ser feitas a qualquer tempo, inclusive nessa fase administrativa que é o precatório, e normalmente vêm acompanhadas de pedido de sobrestamento do feito o que leva a um maior atraso em seu pagamento.

Vale ressaltar que por se tratar de procedimento de natureza administrativa, os precatórios não se sujeitam a aplicação do art. 1.211-A do CPC, que determina que os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a sessenta e cinco anos terão prioridade na tramitação de seus processos.

#### 4.1 Do Procedimento

O procedimento tem início com a expedição do ofício-requisitório pelo juiz que julgou o processo de execução. Somente a sentença transitada em julgado é instrumento hábil a autorizar a expedição do precatório. A sentença deve ser entendida em seu aspecto mais amplo, qual seja, da última decisão no processo executivo não mais sujeito a recurso.

O que se verifica neste momento é a existência de uma certidão do cartório da vara ou turma de que não há mais como qualquer das partes interpor novo recurso. Esta certidão pode se dar em sede de sentença da execução, dos embargos à execução, da apelação

da execução, do recurso especial ou do recurso extraordinário. Tal determinação está contida no § 1º do art. 100 da CF/88, que prevê a existência de uma sentença judicial transitada em julgado. Com isso fica afastada a possibilidade de expedição de precatório em processos executivos provisórios. Assim o é, pois, como incluir em uma proposta orçamentária, valores que não se sabe se são efetivamente devidos, e se assim o são, se o *quantum debetur* está corretamente calculado.

Doutrinadores há, no entanto, que discordam deste entendimento e alegam ser possível a execução provisória (art. 587 CPC) contra a Fazenda Pública, apesar do que prevê a Lei 9.494/97 em seu art. 2º-B<sup>9</sup>. Esse entendimento, minoritário, não se mostra o mais razoável, em face da forma pela qual o administrador/julgador deve agir ao lidar com o erário<sup>10</sup>, isto é, com toda cautela e observando todos os princípios constitucionais norteadores dos atos administrativos.

Com o advento da Emenda Constitucional 30 o constituinte derivado passou a exigir o trânsito em julgado das sentenças condenatórias para que se possa expedir o respectivo precatório, o que põe fim aos argumentos da corrente doutrinária favorável à expedição de precatório em sede de execução provisória.

Importante mencionar a desnecessidade da remessa *ex officio* do art. 475, II do CPC. A sentença que julga os embargos à execução da Fazenda não exige a remessa oficial, pois já houve sentença no processo de conhecimento e a possibilidade, na hipótese de sucumbência da Fazenda<sup>11</sup>, de ter sido reapreciada a decisão, em sede de remessa obrigatória.

## 4.2 Expedição de Precatório pela Parte Incontroversa

Outro ponto de grande divergência, mas que vem sendo resolvida pela jurisprudência, é a questão relativa à expedição de precatório pela parte incontroversa da execução, ou seja, pelo valor que as partes concordam ser o correto, continuando a discussão pelo valor controverso.

Nesta hipótese não há certificação do trânsito em julgado, mas sim, um despacho/decisão<sup>12</sup> do juiz da execução determinando a expedição do ofício-requisitório pelo valor que não esteja sendo objeto de controvérsia.

O exeqüente apresenta sua planilha de cálculos na forma do art. 604 do CPC, sem a necessidade de liquidação da sentença. A União ou a entidade federal ao ser citada na forma do art. 730 do CPC pode opor ou não embargos à execução no prazo de 30 dias. Na maioria das vezes, a Fazenda opõe embargos à execução impugnando os mais diversos aspectos da ação, mas, principalmente, questionando os valores apresentados pelo credor. Ao impugnar a planilha de cálculos trazida aos autos pelo credor a Fazenda apresenta os cálculos elaborados por seus técnicos.

Via de regra, essa planilha traz valores inferiores àqueles apresentados pelo credor. Conclui-se, então, que o valor apresentado pela União é incontroverso, devendo ser expedido precatório ou requisição de pequeno valor, conforme o caso, daquela quantia incontroversa, enquanto se discute, ainda no processo executivo, a diferença entre o valor apresentado pelo credor e o valor apresentado pela Fazenda.

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região possui entendimento pacificado quanto à possibilidade de expedição de precatório nas execuções contra a Fazenda Pública relativamente à parte incontroversa, na forma e hipóteses previstas no § 2º do art. 739 do CPC, que determina que quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada, assim quando a totalidade do crédito não for impugnada, o efeito suspensivo alcançará somente a parcela sobre a qual há controvérsia.

O TRF 1ª Região tem firmado o seguinte posicionamento:

*Processo Civil. Execução contra a Fazenda Pública. Embargos parciais. Prosseguimento da execução em relação à parcela incontroversa do crédito. Possibilidade. Art. 739, § 2º, CPC – improvimento do agravo.*

1. Quando não impugnada a totalidade do crédito ou a admissibilidade da execução, o efeito suspensivo conferido aos embargos atingirá somente a parcela sobre a qual se controverte, nos termos do § 2º do art. 739 do CPC, (“quando os embargos forem parciais, a execução prosseguirá quanto à parte não embargada”).

2. A disposição inovadora acrescentada pela Lei 8.953/94 pretendeu dotar o processo executivo de maior celeridade e efetividade, na medida em que permite, desde logo, a satisfação de parte do crédito, finalidade que restaria frustrada se acatada a exigência de precatório único.

3. Precedentes deste Tribunal (AG 2000.01.00.067824-3/DF; Relatora Juíza Assusete Magalhães; Segunda Turma; DJ de 29/06/2001, p. 629); (Ag 2000.01.00.017484-7/MG; Relator Juiz Luciano Tolentino Amaral; Primeira Turma; DJ de 13/11/2000, p. 21);



(AG 1999.01.00.060126-4/DF; Relator Juiz Mário César Ribeiro; Quarta Turma; *DJ* de 23 11/2000 p. 282).

A intenção do legislador parece ter sido a de dotar o processo de maior celeridade e efetividade, na medida em que se autoriza, desde logo, o pagamento parcial do crédito. Esse entendimento afasta a corrente doutrinária que acredita na validade de um precatório único.<sup>13</sup>

De qualquer sorte, impõe-se registrar que, eventualmente, serão expedidos dois precatórios, o primeiro da parte incontroversa e o segundo da parte excedente, caso essa venha a ser reconhecida devida pelo juiz da execução.

Uma vez formalizado o processo, satisfeitas as exigências legais e regimentais, será ele remetido ao presidente do Tribunal competente.

#### 4.3 Prazo da Remessa ao Tribunal

De acordo com o art. 100, § 1º, da CF/88, o ofício requisitório deve ser remetido ao tribunal competente até o dia 1º de julho de cada ano, data em que serão corrigidos monetariamente, para que seja feita sua inclusão no orçamento e para que sejam abertos os respectivos créditos ao Poder Judiciário.

Com o intuito de não sobrecarregar os setores responsáveis pelos precatórios em cada Tribunal no dia 1º de julho, tem sido recomendado que a remessa destes requisitórios seja feita o quanto antes, de modo a permitir que o setor competente possa analisá-lo e certificar a sua adequada formalização.

Ao presidente do Tribunal cabe decidir sobre o destino dos precatórios, reconhecer sua exatidão ou determinar as correções que se fizerem necessárias, até seu arquivamento.<sup>14</sup>

#### 4.4 Análise dos Precatórios

A divisão de precatórios de cada Tribunal é responsável pela análise de suas peças formadoras, preparando-os para pagamento. Entre suas atividades estão as seguintes:

- recebimento dos processos de precatórios e inclusão dos mesmos em ordem cronológica de autuação para efeito de pagamento;
- análise dos precatórios de acordo com o regimento interno daquele Tribunal;
- preparação do precatório para pagamento;
- encaminhamento dos processos de precatórios à área de execução orçamentária e Financeira;
- encaminhamento dos processos para área de cálculos judiciais para atualização dos valores;
- encaminhamento dos precatórios à Procuradoria-Geral da União (MPF), às procuradorias-regionais, com vista;
- envio dos dados referentes aos precatórios para alimentar os sistemas informatizados do tribunal (*intranet*, *internet*, etc);
- atualização e protocolização nos sistemas informatizados do fluxo de processos.

Caso o precatório não esteja devidamente formalizado, o ofício requisitório e

suas peças serão devolvidas ao juízo de origem para o cumprimento de diligências, em tempo hábil à sua inclusão no orçamento, ou seja, até 1º de julho daquele ano, pois, se a solução do problema só for implementada após essa data, o credor só terá seu crédito incluído na proposta orçamentária do ano seguinte para pagamento no exercício subsequente.

Após a expedição do ofício requisitório, com as peças necessárias à sua instrução, o juiz da execução faz o encaminhamento dessas peças ao Tribunal competente.

A data de autuação do processo no Tribunal servirá como parâmetro para a formação da lista em ordem cronológica, conforme previsão constitucional. Os precatórios são separados entre os de natureza alimentar e os não-alimentares. Dentro destas duas ordens será feita a lista dos créditos de acordo com a ordem de entrada no Tribunal e se estão enquadradas na hipótese de parcelamento do débito (créditos não-alimentares).

Após a conferência das peças necessárias à formação do precatório os autos são encaminhados ao setor de cálculos do Tribunal que verificará se os valores apresentados estão corretos. Após essa conferência o precatório é enviado, obrigatoriamente, para o Ministério Público que dará um parecer final sobre a regularidade do feito.

Entre a data de entrada dos precatórios no tribunal e a data de envio da relação ao Poder Legislativo (1º de julho), para sua inclusão na proposta orçamentária, as partes poderão peticionar sobre matérias que julgarem convenientes.

A experiência tem mostrado que a maior parte das petições protocolizadas no

tribunal é feita pelo poder público e diz respeito a possíveis erros materiais existentes nos cálculos, à inclusão de juros compensatórios e moratórios<sup>15</sup>, à falta de trânsito em julgado nos precatórios expedidos pela parte incontroversa, entre outras alegações.

Essas petições devem ser encaminhadas ao presidente do Tribunal que apreciará o pedido em decisão monocrática.

Aquele que se considerar prejudicado por decisão do presidente do Tribunal poderá requerer, dentro de cinco dias, a apresentação do feito em mesa, para apreciação de agravo regimental<sup>16</sup> pela Corte Especial do Tribunal<sup>17</sup>.

Quando esses valores estiverem disponibilizados na conta do juízo da execução caberá ao advogado das partes peticionar pelo levantamento das quantias. Assim que tiver sido deferido o pedido o juiz expedirá alvará de levantamento que permitirá o saque dos valores e conseqüente quitação do débito<sup>18</sup>.

#### 4.5 Do Ofício-Requisitório

A principal característica do sistema de precatórios é que em lugar da expropriação do bem, em decorrência da impenhorabilidade dos bens públicos, o pagamento é feito mediante simples requisição do valor pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo. Trata-se de requisição entre os poderes.

O precatório é sempre expedido a requerimento da parte interessada, jamais de ofício pelo juiz.<sup>19</sup>

Uma dúvida recorrente nesse sistema é a forma dos ofícios-requisitórios. O Conselho da Justiça Federal tem aprovado regular-

mente resoluções para o melhor trâmite dos precatórios.

Ao ser certificado do trânsito em julgado do processo executivo ou após a determinação judicial de expedição do precatório pela parte incontroversa, o juiz da execução determinará a expedição do respectivo ofício-requisitório, que em linhas gerais deverá conter as peças essenciais a regular expedição do precatório, conforme determina a Resolução 258, de 21 de março de 2002 que recentemente revogou as resoluções do CJF 239 e 240 e regulamenta, no âmbito da Justiça Federal, os procedimentos atinentes ao pagamento das somas a que a Fazenda Pública tiver sido condenada.

Um modelo muito utilizado tem sido o sugerido pelo Juiz Federal Novély Vilanova da Silva Reis, da 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, em sua obra *Indicações Práticas para uma Melhor Administração do Processo Civil* que tem sido combinado com os requisitos exigidos na Resolução 258 do CJF.

#### 4.6 Peças Principais<sup>20</sup>

Os Tribunais Regionais Federais têm competência para disciplinar quais peças devem compor o processo do precatório. Elas estão previstas no regimento interno de cada TRF, sem prejuízo de outras tidas por necessárias, quais sejam:

- procuração;
- sentença ou acórdão, com a respectiva certidão de trânsito em julgado;
- valor do crédito (art. 604 do CPC) com a planilha do cálculo;

- sentença que homologou a liquidação (Obs: com a nova redação dada ao art. 604 do CPC, deve-se juntar a prova da citação, art. 730, inciso I, CPC e da ausência de embargos e, para alguns, decisão do juiz da execução para se pagar pela parte incontroversa);

- autenticação das cópias juntadas ou certidão de que todas as peças são autênticas.

As seguintes peças são essenciais à formação do processo, quais sejam:

- assinatura do juiz na requisição;
- manifestação do Ministério Público no juízo de primeiro grau;
- valor da requisição, idêntico ao do cálculo;
- indicação da pessoa ou pessoas a quem deve ser paga a importância requisitada;
- indicação do devedor-executado.

#### 4.7 Do Precatório Complementar<sup>21</sup>

É o requerimento da parte interessada, mediante prova cabal de que do precatório principal, devidamente levantado pelo exequente, não tenham constado os juros moratórios que possam ser devidos até a data de atualização em 1º de julho ou na hipótese de ter sido preterido no momento do pagamento<sup>22</sup>.

As peças essenciais para a formação do precatório complementar são as seguintes:

- assinatura do juiz na requisição;
- valor da requisição, idêntico ao do cálculo;
- planilha de cálculo;
- manifestação do Ministério Público no juízo de primeiro grau;



- indicação da pessoa ou pessoas a quem deve ser paga a importância requisitada;
- indicação do devedor-executado;
- cópia do demonstrativo do cálculo elaborado pelo tribunal no precatório anterior;
- cópia do alvará pertinente ao levantamento do precatório anterior.

#### 4.8 Do Pagamento

Os valores devidos pela União ao serem incluídos na proposta orçamentária, que posteriormente será convertida na Lei Orçamentária Anual (LOA), são consignados diretamente no orçamento do Tribunal.

Esses valores são repassados pelo Conselho da Justiça Federal aos Tribunais Regionais Federais das cinco regiões. Atualmente, os débitos da União, não necessariamente de suas entidades, têm sido pagos tão logo seja feito o repasse das verbas ao Conselho da Justiça Federal.

Quanto ao pagamento dos débitos das entidades públicas federais, o procedimento, até o ano de 2001, era de repasse das quantias devidas para o orçamento das próprias entidades e não para o CJF. Isto fazia com que o pagamento desses débitos ficasse sujeito à vontade dos dirigentes dessas autarquias e fundações, que muitas vezes criavam empecilhos ao pagamento dos mesmos.

### 5. As Emendas Constitucionais 30/2000 e 37/2002

#### 5.1 A Emenda Constitucional 30/2000

A Emenda Constitucional 30, de 13/09/2000, alterou a redação do art. 100 da Consti-

tuição Federal de 1988, acrescentando, ainda, o art. 78 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. As alterações trazidas pela Emenda 30 foram as seguintes:

O § 3º do art. 100 da CF/88 trouxe a previsão de dispensa do regime de precatórios para os débitos de pequeno valor, que assim forem definidos em lei.

A Lei 10.099/2000 foi a primeira a tratar do tema, mas restringiu-se aos créditos de natureza previdenciária (benefícios previdenciários), limitando-os ao valor máximo de R\$ 5.180,25 (cinco mil cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos). Por esta lei os créditos que não ultrapassassem o limite legal poderiam ser pagos sem a necessidade de expedição de precatórios. A prática levou ao pagamento desses créditos diretamente pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, administrativamente, sem ser necessária a participação do Poder Judiciário.

No ano seguinte, com a inclusão da EC 30/2000, e entrada em vigor da Lei 10.259 de 12 de julho de 2001, que ao instituir os Juizados Especiais da Justiça Federal, em seu § 1º, art. 17, fixou o valor limite, em sessenta salários mínimos para o pagamento de requisições de pequeno valor, conforme preceitua o § 3º do art. 100 da Lei Maior.

O § 4º do art. 100 prevê a possibilidade de a lei fixar limites diferenciados de acordo com a entidade pública.

A necessidade do trânsito em julgado da decisão judicial para que se possa incluir o crédito no Orçamento Anual foi explicitado nessa emenda e pôs termo a controvérsias jurisprudenciais e doutrinárias quanto à possibilidade de se executar provisoriamente

a Fazenda mediante a concessão de tutela antecipada ou mediante a execução de outra decisão judicial sob a qual penda recurso no efeito meramente devolutivo.

A teor do art. 100, § 1º da CF, ficou claro que, somente é cabível a formalização de precatório após o trânsito em julgado da decisão exequenda e dos eventuais embargos do devedor ou impugnações aos cálculos.<sup>23</sup>

Talvez o ponto de maior controvérsia resida no art. 78 do ADCT acrescentado por essa emenda e que autorizou o parcelamento, em até dez anos, dos créditos pendentes de pagamento até setembro de 2000 e aqueles referentes às ações ajuizadas até 31 de dezembro de 1999, excetuados os créditos de natureza alimentar, os de pequeno valor, os tratados no art. 33 do ADCT, e os depositados em juízo ou liberados à época.

Vale ressaltar que cada parcela não pode ser inferior ao teto do valor estipulado pela lei como de pequeno valor. A razão entre o valor total do crédito e valor limite para a requisição de pequeno valor pode levar a um número inferior às dez prestações constantes da referida emenda.

Tome-se como exemplo a seguinte hipótese: um crédito de valor total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) ultrapassa o teto para o pagamento na forma de RPV (Requisição de Pequeno Valor), hoje totalizando R\$ 12.000,00 (doze mil reais, ou sessenta salários mínimos). Nesse exemplo o pagamento das parcelas, *ceteris paribus*, seria dividido em quatro anos, com parcelas correspondentes a R\$ 12.000,00.

O dispositivo que prevê as condições do parcelamento em dez anos não alcança

os precatórios oriundos de desapropriação de imóvel residencial único do credor. Nessa situação o parcelamento teria seu parcelamento feito em até dois anos.

O parcelamento do pagamento desses débitos está sendo apreciado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI n. 2362-4)<sup>24</sup>, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. O então Ministro Néri da Silveira, responsável pela relatoria da ação, firmou seu posicionamento pelo deferimento da medida liminar, para suspender a eficácia da regra do parcelamento. O pedido de liminar, cujo deferimento depende de decisão da maioria absoluta dos membros da Suprema Corte<sup>25</sup>, teve sua apreciação postergada pelo pedido de vista feito pela Ministra Ellen Gracie.

Desta forma, enquanto pendente de apreciação o pedido liminar na referida Ação Direta de Inconstitucionalidade, continua em plena vigência a referida emenda.

Outro aspecto relevante do tema é a previsão de atualização monetária dos débitos no momento do pagamento. Essa modificação revoga a redação anterior que previa a atualização em 1º de julho do ano de inclusão na proposta orçamentária, isto é, no ano anterior ao seu pagamento.

A redação anterior do § 1º do art. 100 da CF/88 obrigava a expedição de precatórios complementares/suplementares decorrentes de atualização monetária. Esse era um direito do exequente, tendo em vista que entre 1º de julho, data de atualização dos valores pela redação anterior do texto constitucional, e o

seu pagamento até 31 de dezembro do ano seguinte o valor ficava corroído pela inflação do período. No âmbito da Justiça Federal essa atualização era feita por meio de expedição de ofício-requisitório complementar<sup>26</sup>.

Outra inovação trazida por essa emenda foi a inclusão da Fazenda Distrital no texto constitucional, inovação esta que já vinha sendo adotada pela jurisprudência.

## 5.2 A Emenda Constitucional 37/2002<sup>27</sup>

Em 13 de junho de 2002, foi promulgada a Emenda Constitucional 37 que alterou diversos dispositivos legais, inclusive o art. 100 e acrescentou os arts. 86 e 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Essa emenda trouxe importantes alterações para o sistema de precatórios ao vedar a expedição de precatório complementar/suplementar, o fracionamento, repartição ou quebra de valor da execução de modo a receber parte via precatório e parte via requisição de pequeno valor.

A proibição de fracionamento ou quebra do valor, já estava prevista na Lei 10.259/01 que estipula a necessidade de que o credor possuidor de crédito superior ao limite de 60 salários mínimos desista da parcela excedente para que possa receber pela via da requisição de pequeno valor. Essa alteração constitucional só veio confirmar o que já vinha sendo feito na prática.

A vedação de expedição de precatório complementar mostra ser uma adequação necessária a previsão constitucional da atualização dos créditos no momento de seu pagamento. A expedição de precatórios comple-

mentares só se justifica quando o pagamento ocorre fora do prazo constitucional. Nesta situação haverá a inclusão de juros moratórios (Súmula 45 – TRF 1ª Região).

A inclusão do art. 86 do ADCT determina que o pagamento, sem parcelamento do débito em dez anos, se dará quando ocorrerem cumulativamente: a inclusão dos débitos que tenham sido objeto de emissão de precatórios judiciais; ter sido considerado como de pequeno valor por lei própria; estar total ou parcialmente pendente de pagamento na data de publicação desta emenda. Esses créditos serão pagos na ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios, com precedência sobre os de maior valor. Os créditos que não tiverem sido objeto de pagamento parcial poderão ser pagos em duas parcelas anuais, se assim dispuser a lei. Mesmo nesse caso os débitos de natureza alimentícia terão precedência sobre os demais.

Interessante notar que essa emenda se preocupou em estipular diferentes valores para cada esfera de poder na expedição de requisições de pequeno valor, até que lei própria venha a tratar do tema:

	Estados e DF	Municípios
Valor	40 salários mínimos	30 salários mínimos

Mesmo aqui deve ser observada a necessidade de expedição de precatório caso o débito ultrapasse esses valores e o credor não queira abrir mão da parte excedente.

## 5.3 Das Requisições de Pequeno Valor

A Emenda Constitucional 20 trouxe em seu corpo a autorização para o pagamento de débitos da Fazenda Federal, Estadual e Mu-

nicipal sem a necessidade de expedição de precatórios. São os créditos de pequeno valor que dispensam a expedição de precatório.

Essa emenda acrescentou o § 3º ao art. 100 e com ele excluiu do regime de precatórios o pagamento dos débitos da Fazenda decorrentes de sentenças judiciais, em todas esferas, definidos em lei como de pequeno valor.

Esse parágrafo foi posteriormente alterado pela EC 30/2000, apenas para incluir expressamente a Fazenda Distrital e autorizar o legislador infraconstitucional a estipular valores distintos a entidades de direito público com capacidades financeiras diversas.

Os §§ 3º e 4º da CF vigente contêm normas que, de acordo com a tradicional classificação das normas constitucionais, do mestre José Afonso da Silva<sup>28</sup>, se enquadram dentre as normas de eficácia contida, que são aquelas “Que o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos à determinada matéria, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, nos termos que a lei estabelecer ou nos termos dos conceitos gerais nela enunciado.”

A falta de regulamentação no âmbito da Justiça do Trabalho não autoriza a aplicação da analogia, como muitos pretendem. Esse posicionamento tem como intuito, conforme especial análise feita pela Procuradora Regional do Ministério Público do Trabalho da 22ª Região, Evanna Soares<sup>29</sup> “Dar imediata e plena efetividade ao § 3º do art. 100, da CF, e abreviar a espera do trabalhador pela satisfação de seu pequeno crédito”.

Esse entendimento não pode prosperar pela simples análise do § 3º, do art. 100, da CF. Essas são disposições de eficácia contida e não se pode utilizar lei especial (previdenciária ou dos juizados especiais federais) e por analogia<sup>30</sup> aplicá-las aos créditos trabalhistas. Para essa autora, no entanto, o uso da interpretação extensiva<sup>31</sup> do art. 17 e §§ da Lei 10.259/01 ao processo trabalhista se mostraria razoável.

A primeira lei a regulamentar esse assunto foi a Lei 10.099 de 19 de dezembro de 2000, que alterou o art. 128 da Lei 8.213/91, como vemos a seguir:

Art. 128. As demandas judiciais que tiverem por objeto o reajuste ou a concessão de benefícios regulados nesta lei cujos valores de execução não forem superiores a R\$ 5.180,25 (cinco mil, cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos) por autor poderão, por opção de cada um dos exeqüentes, ser quitadas no prazo de até sessenta dias após a intimação do trânsito em julgado da decisão, sem necessidade da expedição de precatório.

§ 1º É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no *caput* e, em parte, mediante expedição do precatório.

§ 2º É vedada a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago na forma do *caput*.

§ 3º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no *caput*, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

§ 4º É facultada à parte exeqüente a renúncia ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido no *caput*, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma ali prevista.

§ 5º A opção exercida pela parte para receber os seus créditos na forma prevista no *caput* implica a renúncia do restante dos créditos porventura existentes e que sejam oriundos do mesmo processo.

§ 6º O pagamento sem precatório, na forma prevista neste artigo, implica quitação total do pedido constante da petição inicial e determina a extinção do processo.

§ 7º O disposto neste artigo não obsta a interposição de embargos à execução por parte do INSS.

A Lei 10.099/2001 serviu como parâmetro para o pagamento de créditos de pequeno valor pela Justiça Federal antes do advento da Lei 10.259/2001 que fixou o teto de pagamento desses valores até sessenta salários mínimos. A Resolução 240/2001, revogada pela Resolução 258/2002, utilizou como parâmetro a lei previdenciária que fixava em R\$ 5.180,25 (cinco mil cento e oitenta reais e vinte e cinco centavos) os créditos de pequeno valor, e arredondou essa quantia estipulando em R\$ 5.181,00 (cinco mil cento e oitenta e um reais) os valores de pequeno valor no âmbito da Justiça Federal.

Apesar da alegria trazida aos credores de pequenos valores com a edição de resolução sobre o valor dos créditos de pequeno valor, o Conselho da Justiça Federal estaria para muitos juristas ofendendo frontalmente o princípio da legalidade. Este entendimento estaria lastreado no art. 100, § 3º da CF/88 que determina o seguinte:

O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações *definidas em lei como de pequeno valor* que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado”.(NR) grifei.

A publicação da Lei 10.259/01 pôs fim a essa discussão ao trazer no § 1º do art. 17 c/c com o *caput* do art. 3º a definição de pequeno valor para os créditos contra a Fazenda Federal e as condições de seu pagamento:

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1º Para os efeitos do § 3º do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3º, *caput*).

§ 2º Desatendida a requisição judicial, o juiz determinará o sequestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3º São vedados os fracionamentos, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1º deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1º, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

A Constituição Federal de 1988 ao autorizar o pagamento dos débitos de pequeno valor da Fazenda teria aberto um flanco à ne-



cessidade de observância do sistema de precatórios, pois, para essa corrente doutrinária seria juridicamente possível pagar de outro modo que não por precatório e sem ofensa ao sistema orçamentário, pois estaríamos tratando de uma situação mais favorável para o credor.

Esse entendimento não tem sido aplicado no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região, que de forma a adequar a legislação vigente ao sistema constitucional do precatório tem recebido as requisições de pequeno valor de forma a adequá-las, no que couber, às regras dos precatórios.

As requisições de pequeno valor têm sido recebidas em ordem própria, de forma a não prejudicar a ordem de entrada destes ofícios no tribunal.

Desta forma, é feita uma listagem dos ofícios que chegam ao Tribunal até o último dia útil do mês. Os valores constantes desta lista são atualizados monetariamente e enviados ao Conselho da Justiça Federal que remeterá ao Tribunal os respectivos valores.

De volta ao Tribunal requisitante esses valores são encaminhados ao setor de cálculos que providenciará a remessa dos mesmos ao juízo da execução no prazo máximo de sessenta dias contados da data de entrega da requisição de pagamento.

A Lei dos Juizados Especiais Federais veda o fracionamento do valor da dívida de forma a se pagar parte na forma de RPV e a outra na forma de precatório. A mesma lei também esclarece que os créditos que ultrapassarem o teto de 60 salários mínimos estarão sujeitos ao regime de precatórios, a não ser que o credor renuncie a parte excedente

do crédito que ultrapassar o teto de sessenta salários mínimos. Isto pode se mostrar vantajoso em face da celeridade do procedimento.

Vale ressaltar, que o Conselho da Justiça Federal, a fim de regulamentar a forma de pagamento dos créditos de pequeno valor no âmbito da Justiça Federal, aprovou a Resolução 258 de 21 de março de 2002<sup>32</sup>, excetuados os créditos oriundos dos Juizados Especiais que são regulados pela Resolução 263 do Conselho da Justiça Federal.

O credor pode ter um crédito de valor superior aos sessenta salários mínimos, mas muito próximo ao limite do crédito de pequeno valor. Nessa hipótese o credor pode optar pelo recebimento dos sessenta salários mínimos e abrir mão da quantia excedente ou aguardar o recebimento pela via do precatório, mas fica vedada a expedição de RPV e precatório relativamente ao mesmo crédito.

#### 5.4 Os Créditos Oriundos dos Juizados Especiais Federais

A instituição dos Juizados Especiais no âmbito da Justiça Federal acha-se autorizada pelo parágrafo único do art. 98 da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional 22/1999.

O STF em recente julgamento se posicionou da seguinte forma, conforme publicação do Informativo do STF 293 (06 a 12 de dezembro de 2002):

Tendo em vista a superveniência da Lei 10.259/2001 que definiu, nos termos do art. 100, § 3º da CF, o débito de pequeno valor para efeito de exclusão de pagamento por precatório, a Turma, reconhecendo a incidência imediata da referida lei aos

processos em curso em face de sua natureza processual, não conheceu de recurso extraordinário interposto pela União contra acórdão do TRF da 4ª Região que, em sede de agravo de instrumento, confirmara a decisão que determinara o pagamento de débito da recorrente por meio de requisição. RE 343.428-PR, rel. Min. Sepúlveda Pertence, 03/12/2002. (RE-343428)

As normas orientadoras da execução na esfera dos Juizados Especiais Federais (JEF) estão contidas na Lei 10.259/2001. Esta lei contém expressa previsão no sentido de que haja trânsito em julgado para que se possa realizar o pagamento das dívidas decorrentes destas sentenças, vedada a aplicação do art. 558 do CPC (execução provisória).

Segundo determina essa lei, os créditos decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado ou de acordos homologados pelos Juizados Especiais Federais deverão ser pagos no prazo máximo de sessenta dias. As sentenças dos Juizados Especiais que imponham o pagamento de quantia certa à União, suas autarquias e fundações públicas federais, serão cumpridas na forma do disposto no art. 17 da Lei 10.259 de 12/07/01 e em conformidade com a Resolução 263 do CJE.

A execução no Juizado Especial Federal também depende de requerimento do credor. A Lei 9.099/95 aplicável, no que não conflitar com a Lei dos JEF determina que:

Art. 52, IV: não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação.

Por essa lei a entidade estatal condenada será citada para a execução devendo o

mandado ser entregue às autoridades competentes para tanto.

O juiz expedirá requisição indicando os dados essenciais, tais como o número do processo; a qualificação das partes e seus procuradores e seus respectivos CPF/CNPJ, incluindo-se as mesmas informações sobre eventuais peritos; o valor total da requisição e o valor individualizado dos créditos por beneficiário e a data do trânsito em julgado; a indicação do banco oficial em que deverá ser efetuado o depósito do valor devido.

Uma cópia dessas requisições será entregue à autoridade citada para causa, momento em que terá início o prazo para pagamento do débito. A outra via será encaminhada para o presidente do Tribunal competente para que seja organizado, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhado-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal.

Caso os créditos sejam de outras entidades de direito público, as requisições serão encaminhadas pelo tribunal ao próprio devedor, fixando-se o prazo limite de sessenta dias para o seu cumprimento.

Somente serão encaminhadas à autoridade citada para a causa as requisições de pequeno valor devidas por outros órgãos ou entidades. Os créditos da União têm seu orçamento repassado diretamente para o orçamento da União.

Após a formalização da requisição, a entidade estatal deverá adotar medidas tendentes ao cumprimento da ordem judicial.

Desatendido o prazo para o depósito, o juiz determinará o seqüestro, à conta da entidade devedora, do numerário suficiente ao cumprimento da decisão, sob pena de vir a ser seqüestrado o valor necessário ao pagamento do débito.

O entendimento atual é que nem o art. 100 da CF/88, nem ao menos o art. 730 do CPC, se aplicam às sentenças oriundas dos Juizados Especiais.

A maior preocupação daqueles que atuam nos Juizados Especiais diz respeito aos valores pagos diretamente pelas entidades públicas federais que não têm que obedecer qualquer ordem de pagamento. Essas entidades poderão de acordo com seu alvitre determinar quem será pago primeiro, sem qualquer observância ao princípio da isonomia, desde que dentro do prazo legal de sessenta dias, sem que qualquer sanção seja aplicada.

Um melhor entendimento parece estar naquele em que o pagamento desses débitos se dá na mesma forma que os débitos da União que são pagos diretamente pelo Conselho da Justiça Federal que recebe dotação própria para tais pagamentos e onde é observada a ordem de entrada dessas sentenças no Tribunal atendendo assim ao princípio constitucional da isonomia.

A vedação ao fracionamento, parcelamento ou quebra do valor justifica-se para evitar pagamentos fracionados. Sendo assim o credor de valores que, eventualmente ultrapassarem o teto dos JEFs, deve optar pelo pagamento único de valor máximo de sessenta salários mínimos ou aguardar o pagamento na forma de precatório pelo montante total da dívida.

## 6. Considerações Finais

O precatório se destina a dar cumprimento às decisões judiciais, que tenham como comando a determinação do pagamento de quantias pelo Poder Público e, ao mesmo tempo, para obedecer ao princípio de que toda despesa pública deve estar prevista no orçamento daquela pessoa jurídica de direito público. A atual situação de inadimplência em que se encontra grande parte dos Estados e de muitas entidades públicas é consequência de atos de caráter protelatório por parte destes mesmos entes que por razões as mais diversas têm procurado evitar o cumprimento dessas ordens judiciais.

No Supremo Tribunal Federal temos atualmente cerca de três mil processos com pedido de intervenção de Estados inadimplentes. Em recente julgamento no STF parte dos ministros se posicionou contra tais pedidos, pois, imagina-se ser remédio demasiadamente traumático. E a outra corrente sustenta que só se deve intervir quando há recursos disponíveis para uso imediato.

A Constituição Federal e a legislação processual civil vêm sofrendo reformas significativas de modo a atender os anseios dos cidadãos brasileiros a uma boa prestação jurisdicional e à busca pela diminuição dos efeitos do tempo na apreciação dos processos judiciais.

Institutos como dos créditos de pequeno valor, dos juizados especiais, da tutela antecipada, entre outros, têm sido os meios pelos quais o legislador encontrou para viabilizar a prestação jurisdicional mais ágil, mais simples, mais célere e mais econômica, de forma a dar aos cidadãos a liberdade de ir a juízo defender seus interesses.

Por outro lado, temos o poder público procurando protelar ao máximo o pagamento de seus créditos por motivos que vão muito além do mero questionamento acerca da veracidade de seus valores, mas que parecem servir de instrumento de implemento de políticas fiscal e financeira que não se sabe, claramente, como se dão.

Ante a um quadro de inadimplemento tão grave, a sociedade, após tantos anos de espera, tem se organizado com o intuito de pressionar o Poder Público a pagar seus débitos.

A medida encontrada por essas pessoas foi elaborar pedidos de intervenção nos estados pelo descumprimento de ordem judicial. São mais de dois mil pedidos de intervenção nos Estados. O Presidente do STF, Ministro Marco Aurélio de Mello, colocou em pauta de julgamento grande parte desses pedidos no final do ano de 2002 com resultado negativo para esses credores.

Essa tentativa de ver seus créditos quitados, pela via interventiva, não parece interessar aos credores da Fazenda, que após anos de espera, só objetivam o pagamento de seus direitos o mais rápido possível.

Apesar de seus problemas, o sistema de precatórios ainda é o único instrumento viável de se separar verba pública para o pagamento de créditos previamente habilitados. É um sistema, em tese, democrático que procura afastar qualquer tipo de apadrinhamento político em observância ao princípio da isonomia.

O sistema tem como objetivo final a supressão de privilégios desarrazoados e o alcance de um perfil: o da ética nas relações Estado-Cidadão. O que se espera é o aperfeiçoamento do sistema e com ele o fim de práticas protelatórias que aviltam toda uma sociedade que pretende se aperfeiçoar ao longo do tempo e não retroceder nas conquistas que o cidadão brasileiro obteve ao longo dos anos.

---

#### Referências bibliográficas

- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 12ª ed., Malheiros, 2002. p. 257/258.
- CUSTÓDIO, Antônio Joaquim Ferreira. *Constituição Federal Interpretada Pelo STF*. 7ª ed., Juarez de Oliveira, 2002.
- FEDERIGHI, Wanderley José. *A Execução contra a Fazenda Pública*. Saraiva, 1996.
- MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 11ª edição, Forense, Rio de Janeiro, 1991.
- MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 25ª edição, Malheiros, 2000.
- MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. 11ª edição, Malheiros, 1999.
- Conteúdo Jurídico do Princípio da Igualdade*. Malheiros, 3ª edição, 1997.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais*. Brasília Jurídica, 2000, 322 p.
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. Atlas.s.<sup>a</sup>, 9ª ed., 2001.
- NERY Jr., Nelson e Nery, Rosa Maria de Andrade. *Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em vigor*. Editora Revista dos Tribunais, 5ª edição, 2001.

SILVA, José Afonso da. *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*. São Paulo, *Revista dos Tribunais*, 1982.

SOUTO, João Carlos. *A União Federal em Juízo*. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2000.

---

## Consulta Eletrônica

Conselho da Justiça Federal. Concentra todas as resoluções relativas à Justiça Federal

REIS, Novély Vilanova da Silva. *Indicações Práticas para uma Melhor Administração do Processo Civil*. 27/07/2002. <http://www.cjf.gov.br/revista/seriemon07.htm>

Superior Tribunal de Justiça. Jurisprudência. <http://www.stj.gov.br>.

Supremo Tribunal Federal. Jurisprudência. <http://www.stf.gov.br>

Tribunal Regional Federal - 1ª Região. Jurisprudência. <http://www.trf1.gov.br>.

---

## Notas

<sup>1</sup> As principais características dos princípios estão tratadas na valiosa obra de Inocêncio Mártires, *Interpretação Constitucional*, Sergio Antônio Fabris Editor, Porto Alegre, 1997, p.86/87. São elas: o grau mais elevado de abstração em relação às regras; sua formulação é vaga e indeterminada dependendo da “mediação concretizadora dos legisladores e dos juizes; importância fundamental na constituição e estruturação do sistema jurídico; sua definição como *standards* juridicamente vinculantes, radicados nas exigências de justiça ou na idéia de direito” e, finalmente, o fato de estarem na base das regras, “a que servem de *ratio* e fundamento”.

<sup>2</sup> Aos poucos, o Congresso Nacional tem aperfeiçoado nas Leis de Diretrizes Orçamentárias dispositivos que tratam da inclusão no orçamento dos débitos da Fazenda. Por exemplo, foi a Lei 9.811/99 incorporou dispositivo específico que passou a exigir o trânsito em julgado dos processos para a expedição de precatório e sua conseqüente inclusão no orçamento anual, antes mesmo da vigência da EC 30/2000. No ano seguinte a LDO (Lei 9.995/2000) inovou ao determinar o encaminhamento da relação dos precatórios na forma de banco de dados e dentre as informações exigidas estava a data do trânsito em julgado das decisões. A LDO (Lei 10.266/2001) seguinte, já no advento da EC 30/2000, passou a regulamentar as inovações trazidas pelo novo teor do art. 100 da CF.

<sup>3</sup> Nelson Nery Jr. e Rosa Maria de Andrade Nery, *Código de Processo Civil Comentado e Legislação Processual Civil Extravagante em vigor*, Revista dos Tribunais, 5ª edição.

<sup>4</sup> O TFR na AC 99.501/PR, Relator Ministro Carlos Mário Velloso, 4ª Turma, decidiu: “O art. 730, CPC, deverá ser interpretado em harmonia com o art. 117, da Constituição [CF 69], que estabelece que a execução contra a Fazenda Pública, através de precatório, pressupõe sempre sentença condenatória passada em julgado. Destarte, o art. 730, CPC, há de ser interpretado assim: a) os embargos ali mencionados devem ser tidos como contestação, com incidência da regra do art. 188, CPC; b) se tais embargos não forem opostos, deverá o juiz proferir sentença, requisitando-se o pagamento, por intermédio do presidente do tribunal, após o trânsito em julgado da sentença, que está sujeita, inclusive, ao duplo grau de jurisdição, se proferida contra a União, o Estado e o Município (CPC, art. 475, II)”.

<sup>5</sup> Ag 1997.01.00.029955-2 /MG Desembargador Federal Carlos Moreira Alves Segunda Turma DJ 27 /06 /2002 p. 696. Mandado de Segurança. Sentença concessiva da ordem. Efeitos patrimoniais pretéritos. Súmula 271/STF. Precatório.1. É entendimento enunciado na Súmula 271 da jurisprudência predominante na Suprema Corte o de que a concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito ao da impetração.2. Pagamento de valores atrasados reclama específica execução, não prescindindo, à época, do instrumento constitucional do precatório, inexistindo, outrossim, nos autos, elementos capazes de indicar a existência de importâncias devidas ao impetrante, relativas a período posterior à impetração, as quais, por força da superveniente alteração da ordem constitucional a propósito, e da legislação que a regulamentou, se insiram no valor que, hoje, autoriza pagamento com dispensa do mesmo. 3. Agravo a que se dá provimento”.

<sup>6</sup> *Op. cit.*, p. 1177.

<sup>7</sup> Este tem sido o entendimento do STJ (RESP - 168616/SP, DJ de 09/10/2000 e AGA 365161/SP - DJ de 25/06/2001) e STF (RE - 311487/SP- 1ªT. DJ de 31/10/2001 e ADIn 1098-1/SP-DJ de 25/10/1996), posição por amostragem em análise comparativa de jurisprudência *on-line*. Divergente: TRF 1ª Região (MS – 1998.01.00.072826-4/DF).

<sup>8</sup> Nelson Nery Jr. assim trata do tema: “Mesmo depois de transitada em julgado a sentença, o juiz pode corrigi-la dos erros materiais e de cálculo de padece. Pode fazê-lo *ex officio* ou a requerimento da parte ou interessado”.

<sup>9</sup> Lei 9.494/97, art. 2º-B: art. 2º-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão de folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado”.

<sup>10</sup> Nesse sentido: Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery, *in Código de Processo Civil Comentado*, 5ª edição, Revista dos Tribunais, p.1178.

<sup>11</sup> Vale ressaltar que com o advento da Lei 10.352/01 em seu art. 1º a remessa oficial ficou assim delimitada: “Art. 475 - Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença (...) § 2º: Não se aplica o disposto neste artigo sempre que a condenação, ou o direito controvertido for de valor certo não excedente a sessenta salários mínimos, bem como no caso de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa do mesmo valor”.

<sup>12</sup> Reside dúvida sobre a natureza jurídica da decisão que determina a expedição do precatório ser um despacho de mero expediente ou uma decisão interlocutória,



esta sim, sujeita à interposição de recurso de agravo. Parece tratar-se de decisão interlocutória, pois, seu conteúdo tem caráter decisório e não mero ato impulsionador do processo.

<sup>13</sup> Ag 1999.01.00.060126-4/DF (*DJ* de 02/11/2000), Ag 2000.01.00.017484-7/MG (*DJ* de 13/11/2000) e Ag 2000.0100.029444-7/DF (*DJ* de 16/03/2001). Em sentido contrário: Ag 2000.01.00.093098-6/DF (*DJ* de 12/02/2001).

<sup>14</sup> ADIn. 1.098-1/SP, Relator o Ministro Marco Aurélio - STF, julgada em 11/09/96) “O inciso I do art. 730 da nossa Lei Instrumental comum preceitua que o juiz requisitará o pagamento por intermédio do tribunal competente, que se afigura como o juízo da execução do próprio precatório, valendo notar que as sentenças de liquidação não são proferidas em data única, ou seja, 1º de julho”. Prevendo a Carta da República a atualização em tal data, mister é concluir que esta se faz sob o crivo de órgão investido do ofício judicante, que é aquele perante o qual são concentrados os milhares de precatórios concernentes ao ano em curso...”.

<sup>15</sup> A Corte Especial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região já pacificou a controvérsia ao publicar a Súmula 45: “Não é devida a inclusão de juros moratórios em precatório complementar, salvo se não foi observado o prazo previsto no art. 100, § 1º da Constituição Federal no pagamento do precatório anterior”.

<sup>16</sup> Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (RITRF1) art. 293.

<sup>17</sup> CF/88, art.93, XI: “Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios:

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais da competência do tribunal pleno”.

<sup>18</sup> A EC 37/2002 vedou a expedição de precatório complementar/suplementar de valor pago e a repartição do débito parte em requisição de pequeno valor (Art. 100 § 4º da CF/88).

<sup>19</sup> A interpretação dada ao art. 461 do CPC por alguns juristas ao admitir a possibilidade da execução de ofício tem se mostrado ser matéria controvertida no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Ag 2002.01.00.000717-6 /BA Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, Quinta Turma, *DJ* de 12/07/2002) p.163 e Ag 2000.01.00.110900-1/MG Desembargador Federal Fagundes de Deus, Quinta Turma, DF 22/01/2002, p.594).

<sup>20</sup> Informações constantes do Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, de outubro de 2001. <www.cjf.gov.br>.

<sup>21</sup> Vide EC 37/2002 sobre a vedação da expedição de precatórios complementares/suplementares.

<sup>22</sup> Enquanto não levantado o pagamento do precatório principal, através do competente alvará, o juiz não deve expedir o complementar.

<sup>23</sup> Vale ressaltar o comentário feito acerca da autorização que os Tribunais Federais têm dado para que se executar a parte incontroversa do crédito (CPC, art. 739, § 2º). Análise Comparativa de Jurisprudência do TRF 1ª Região: “Nas execuções de sentenças contra a Fazenda Pública é possível prosseguimento da execução relativamente a parte incontroversa mediante expedição de precatório (Art. 739, § 2º)”. 4ªT: Ag1999.01.00.060126-4/DF, *DJ* de 23/11/2000; 2ªT: AC 1999.01.00.117694-4/MG *DJ* de 30/03/2000; 1ª T: Ag 2000.01.00.017484-7/MG, *DJ* de 13/11/2000; 3ª T: Ag 2000.01.00.029444-7/DF, *DJ* de 16/03/2001).

<sup>24</sup> Vide também a ADIn 2356-0.

<sup>25</sup> Esse é o teor do art. 10 da Lei 9.868/99, que exige que a decisão seja proferida pela maioria absoluta dos membros do STF (e não por decisão monocrática), desde que presentes ao menos oito de seus membros.

<sup>26</sup> A Justiça Trabalhista através da Instrução Normativa 11/97 do TST prevê que caso haja diferenças decorrentes de atualização monetária, estas serão calculadas pelo juiz da execução após intimação das partes e conseqüente expedição de ofício requisitório para o Tribunal Regional de sua região. Com o advento da EC 37/2002 que veda a expedição de precatório complementar tendo em vista a atualização ser feita no momento do pagamento, faz com que essa instrução normativa passe a ser tida por inconstitucional.

<sup>27</sup> No Supremo Tribunal Federal já existe uma Ação Direta de Inconstitucionalidade com pedido liminar questionando essa emenda (ADIn 2666-6/DF).

<sup>28</sup> José Afonso da Silva, *Aplicabilidade das Normas Constitucionais*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1982, p. 89-91.

<sup>29</sup> *Obrigações de Pequeno Valor e a Dispensa do Precatório na Justiça do Trabalho*. <www.anpt.org.br/biblioteca>

<sup>30</sup> Para Carlos Maximiliano (*Hermenêutica e Aplicação do Direito*, 11ª ed., Forense, RJ, 1991, p. 208) analogia “consiste em aplicar a uma hipótese não prevista em lei a disposição relativa a um caso semelhante”.

<sup>31</sup> Ob. Cit., p. 199.

<sup>32</sup> O art. 10 da Resolução 258/2002 do CJF ao excetuar a aplicação dos procedimentos do referido diploma os créditos oriundos de sentenças proferidas no âmbito dos Juizados Especiais Federais parece apresentar problemas, pois afastaria esses créditos da ordem cronológica que tem sido mantida para os créditos de pequeno valor pagos sob a responsabilidade do TRF-1ª Região.